



LEI Nº 3487, de 17 de dezembro de 2020.

Altera a Lei Municipal nº 3077, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Itabirito, e dá outras providências.

O Povo do Município de Itabirito, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovada a Nota Técnica 001/2020 - Plano Municipal de Educação de Itabirito, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Ficam alterados os dispositivos do item “10 - METAS, ESTRATÉGIAS PROPOSTAS”, do Plano Municipal de Educação, aprovados pela Lei Municipal nº 3077, de 24 de junho de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“10.1 - META 1

...”

10.1.1 Estratégias:

- Manter e ampliar, em regime de colaboração com entes federativos e respeitadas as normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de Escolas de Educação Infantil;

- Realizar, anualmente e em regime de colaboração com as redes de ensino e a rede de assistência social, o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, oportunizando transparência de modo a tornar pública a oferta de vagas, bem como, a colocação da criança na lista de espera;

- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

- Implementar e garantir ações de avaliação da Educação Infantil durante a vigência deste PME, tendo como base os resultados da avaliação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (documento de âmbito nacional) a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

- Implementar ações com o objetivo de garantir a aplicação de uma proposta curricular em rede nas unidades de Educação Infantil, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, os Referenciais Curriculares Nacionais desse segmento e a Base Nacional Comum Curricular;

- Garantir e ampliar a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil, em parceria com os Institutos de Ensino Superior e profissionais da área de educação;

- Assegurar o acesso à Educação Infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais;

- Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização da rede escolar,





garantindo o atendimento da criança de até 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de seis anos de idade no Ensino Fundamental;

- Disponibilizar um pedagogo permanente na instituição, de acordo com um número determinado de turmas atendidas, para o acompanhamento do ensino da Educação Infantil;
- Promover a conscientização de pais e responsáveis de crianças que se encontrem nesta faixa etária para a efetivação da matrícula escolar.

10.2 - META2

...

10.2.1 Estratégias:

- Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental, em relação à frequência e aprendizagem;
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- Promover estratégias que atuem contra discriminação, preconceitos e violências na escola, proporcionando condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos nessas situações, em colaboração com as famílias, Ministério Público, assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude;
- Organizar o trabalho pedagógico, adequando o calendário escolar às especificidades do município;
- Garantir a oferta do Ensino Fundamental, em sua totalidade, para as populações do campo;
- Criar mecanismos para fortalecer o vínculo e as relações de pertencimento entre a comunidade e a Escola;
- Fomentar e buscar estratégias para maior permanência do aluno na Escola, por meio de atividades culturais e esportivas, em horários extracurriculares.

...

10.4 - META 4

...

10.4.1 Estratégias:

- Assegurar a contabilização das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- Garantir e ampliar, progressivamente, o Atendimento Educacional Especializado, complementar e suplementar, através da implantação e manutenção do pleno funcionamento das salas de recursos multifuncionais em, pelo menos 50% das unidades escolares do município, de acordo com a demanda, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, conforme necessidade do aluno identificada por meio de diagnóstico. A Secretaria Municipal de Educação levantará a necessidade de atendimento nas Unidades Escolares e ainda, solicitará recursos;
- Garantir e ampliar o oferecimento de seminários, estudos de casos e cursos de

capacitações, a fim de promover formação continuada de docentes para o Atendimento Educacional especializado nas escolas, e oferecer orientações específicas *in loco* para os profissionais de acordo com as necessidades dos alunos;

- Capacitar os profissionais do magistério Municipal para observar eventuais necessidades especiais, com base no desenvolvimento e comportamento dos alunos, durante as atividades escolares, visando possíveis encaminhamentos aos profissionais especializados;

- Capacitar os profissionais do Quadro de Magistério Municipal e orientar o pessoal de apoio para colaborar com o tratamento indicado quando eventuais necessidades forem efetivamente diagnosticadas por médico e/ou especialista, assim como conscientizá-los das medidas de inclusão;

- Garantir a observância de programas que promovam a acessibilidade, com atendimento metodológico, arquitetônico e demais recursos necessários, nas escolas das redes pública e privada, visando o acesso e a permanência dos alunos com deficiência;

- Instituir e garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e deficientes auditivos, matriculados em todos os níveis/segmentos e modalidades da Educação Básica nas redes pública e privada e iniciar a linguagem de sinais gradativamente desde a educação infantil a todos os alunos;

- Conscientizar as famílias da necessidade de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para acompanhamento dos alunos com deficiência auditiva;

- Promover o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, bem como garantir a presença de facilitador e/ou profissional de apoio, quando o caso recomendar;

- Estimular e garantir a continuidade da escolarização dos alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, de forma a assegurar a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades, promovendo atendimento assistido por profissional especializado e, quando necessário, com recursos específicos e adequados à espécie e grau de deficiência;

- Apoiar a ampliação das equipes de profissionais especialistas em Educação Especial para atender à demanda do processo de escolarização dos alunos;

- Estabelecer e garantir regras e critérios para a diminuição do número de alunos em sala de aula quando for constatada a presença de um aluno portador de deficiência, devidamente diagnosticado por médico especializado e determinar o número máximo de alunos com essa necessidade em sala de aula;

- Capacitar os monitores na sua função de mediador e garantir sua permanência junto ao aluno por pelo menos um ano letivo;

- Oferecer capacitação para todos os funcionários da escola dentro da carga horária para atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

...

10.7 - META 7

...

10.7.1 Estratégias

- Assegurar que no 5º (quinto) ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo ou pelo menos, o nível desejável, e, até o último ano de vigência deste PME, elevar a taxa para 80%;





- Colaborar para que as dependências administrativas promotoras do Ensino Médio no município consigam alcançar os mesmos níveis indicados para o Ensino Fundamental;
- Criar, induzir e garantir execução e manutenção do processo contínuo de auto avaliação das escolas de Educação Básica, por meio da construção de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da Educação e a garantia da gestão democrática;
- Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública;
- Acompanhar e divulgar ampla e bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da Educação Básica - IDEB, relativos às escolas da rede pública de Ensino, assegurando a contextualização desses resultados;
- Buscar a prestação de assistência técnica, financeira e formativa, considerando o regime de colaboração, principalmente quando os resultados alcançados no IDEB assim o recomendar;
- Desenvolver uma política de acompanhamento das propostas pedagógicas e planos de ensino projetados no início do ano, assim como disponibilizar cursos e capacitações que estimulem os professores a incentivar seus alunos ao sucesso escolar;
- Garantir a política pública municipal de Educação, elevando o nível geral com vistas a manter a superação das médias estadual e nacional em cada período;
- Melhorar o desempenho da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Alunos-PISA, tomado como Instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências.	438	455	473

Fonte: INEP – resultado IDEB - 2013

- Universalizar, até o último ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computadores/aluno nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
 - Implantar e ampliar a utilização de computadores com banda larga na Educação Infantil;
 - Disponibilizar acervo virtual de obras e material didático, acessível a todas as escolas da rede de ensino;
 - Mobilizar as famílias e os setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- Estreitar as relações com as famílias dos alunos que apresentem rendimento deficitário, na medida do possível, através de um processo de mediação, entre a unidade escolar e os responsáveis pelos alunos;
 - Conscientizar os alunos e seus familiares a respeito da importância da educação,





imbuindo-lhes de senso de responsabilidade e de cumprimento de deveres.

10.8 - META 8

...

10.8.1 Estratégias

- Criar ou adotar programas institucionalizados e desenvolver métodos e tecnologias para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação paralela, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais descritos na meta;

- Implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais descritos na meta, que estejam fora da escola ou com defasagem idade/ano, adotando estratégias que garantam a continuidade da escolarização, inclusive com a associação a cursos profissionalizantes;

- Fomentar acesso gratuito aos exames de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio, com ampla divulgação à comunidade;

- Buscar junto às entidades privadas de serviço social e, àquelas vinculadas ao sistema sindical, a oferta gratuita de Educação Profissional Técnica, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais descritos na meta;

- Construir um Plano/Projeto de expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, em parceria com o Instituto Federal de Itabirito, para os estudantes secundaristas do município;

- Criar uma comissão representada por docentes e discentes das escolas que ofertam Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Município para repasse de informações, mobilização e sensibilização do público dos anos finais do ensino fundamental.

...

10.9 - META 9

...

10.9.1 Estratégias:

- Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

- Aderir a ações que ofereçam benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

- Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

- Implementações de programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, por meio de parceria com o Telecentro municipal e outras instituições, com horários e dias flexíveis que não interfiram no horário escolar;

- Aperfeiçoar os espaços ociosos das escolas municipais urbanas com grupos de alfabetização;

- Estabelecer parceria entre Prefeitura e empresas locais, de modo que os funcionários com defasagem escolar sejam encaminhados pelas empresas à rede pública de ensino.

10.10 - META 10

...





10.10.1 Estratégias:

- Divulgar projetos desenvolvidos na Educação de Jovens e Adultos, voltados para a formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica e Ensino Médio para inserção no mercado de trabalho;

- Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados de acordo com as características do público, considerando as especificidades do ensino, adequando às necessidades do mercado de trabalho local e à realidade econômica, inclusive na modalidade de Educação a Distância;

- Participar de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos, voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência, bem como o acesso dos alunos a novas tecnologias e oportunidades de aprendizagem;

- Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação nos conteúdos obrigatórios à preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura, direitos humanos e cidadania, de forma a organizar e adequar o tempo e o espaço pedagógicos às características desses alunos, oferecendo oficinas culturais no espaço escolar, em parceria com as secretarias municipais e demais instituições organizadas;

- Fomentar a produção de material didático, novas metodologias e instrumentos específicos de avaliação, acesso a equipamentos, laboratórios e formação continuada dos docentes articulada à Educação Profissional em parceria com profissionais especializados;

- Reconhecer e valorizar os saberes dos Jovens e Adultos trabalhadores a serem considerados na articulação curricular dos cursos;

- Implantar projetos para a Educação de Jovens e Adultos, voltados para a formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica e Ensino Médio para inserção no mercado de trabalho;

- Oferecer acesso às novas tecnologias e oportunidades de aprendizagem.

10.11 - META 11

...

10.11.1 Estratégias:

- Buscar a colaboração dos entes federados constitucionalmente competentes para expandir as matrículas, em cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio federal e/ou estadual, subsidiando informações quanto à distribuição territorial da oferta e da demanda e aspectos produtivos, econômicos sociais e culturais locais;

- Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio nas modalidades de Educação a Distância e Presencial, com a finalidade de democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita;

- Viabilizar, no âmbito da Administração Pública e estimular, dentre os demais empregadores públicos e privados do município, a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de nível médio, preservando seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

- Apoiar investimentos realizados por outros entes federativos ou privados em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando





garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio e profissionalizantes;

- Realizar estudo a respeito da viabilidade/crescimento de Escolas e cursos Profissionalizantes já existentes no Município, de forma a ampliar a variabilidade de cursos ofertados, buscando atender o maior número de estudantes;

- Promover Orientação Vocacional para os anos finais do ensino fundamental, visando à compreensão das possíveis áreas de conhecimento que poderão favorecer melhor uma atuação técnica profissional.

10.12 - META 12

...

10.12.1 Estratégias:

- Participar do mapeamento de demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas em déficit, considerando as necessidades do desenvolvimento do município;

- Apoiar instituições de Educação Superior estaduais e/ou federais, cujo ensino seja gratuito, mediante termo de adesão a programa de ampliação de vagas de acordo com a demanda e especificidade do município;

- Promover Orientações Vocacionais para o ensino médio, possibilitando a participação dos estudantes em Mostras de Profissões ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior da região, visando à compreensão das possíveis áreas de conhecimento que poderão favorecer uma melhor atuação profissional;

- Apoiar a divulgação dos cursos oferecidos por instituições federais e estaduais para o ensino médio e técnico, bem como das diversas formas de ingresso ao ensino superior, por meio dos programas de acesso governamentais;

- Buscar a oferta de vagas na Educação Superior pública com a implantação de cursos preparatórios nas diversas modalidades tais como: presencial, semipresencial e à distância, considerando as necessidades regionais e locais;

- Apoiar a oferta de cursos preparatórios para ingressar na Educação Superior, nos turnos diurno e noturno, propiciando maior e melhor acesso do aluno do ensino médio ao ensino superior, considerando a infraestrutura básica, que possibilite o acesso, permanência e conclusão do curso;

- Fomentar a Criação de cursinhos populares, como forma de preparação de estudantes do Ensino Médio para ingressar no Ensino Superior;

- Garantir que estudantes em situação de vulnerabilidade social tenham conhecimento das vagas ofertadas na Educação Superior Pública da região, bem como dos prazos de editais, datas de realização de inscrição e provas de vestibulares;

- Mapear e acompanhar os casos de evasão escolar no Ensino Superior do município trabalhando para reverter, junto às instituições, os desligamentos focando nos perfis de maior incidência;

- Fomentar o compartilhamento do acervo bibliográfico da IES do município, visando à ampliação desses espaços através da socialização de materiais.

...

10.15 - META 15

...



10.15.1 Estratégias:

- Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação, núcleos de pesquisa, cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos;
- Ampliar e aprimorar políticas de valorização profissional específica para os profissionais da educação, contemplando a formação continuada e condições de trabalho na rede pública de ensino municipal e incentivar a rede privada a implementar tais políticas;
- Buscar formas de registros e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas, em regime de colaboração com as Instituições de Ensino Superior, para incentivo aos profissionais envolvidos nas pesquisas, valorizando suas produções e estimulando a formação continuada dos docentes;
- Promover junto às instituições de Ensino Superior Pública ou Privada a ampliação e manutenção da oferta dos cursos de licenciatura e especialização na área da educação em regime de colaboração, criando um plano de ação para esta finalidade, considerando as necessidades docentes para a Educação Básica do Município;
- Implementar programas específicos para formação de profissionais para a Educação Especial e ampliar a oferta para todos os profissionais da Educação básica;
- Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de Formação Superior dos profissionais da educação, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica;
- Fomentar a oferta de cursos de nível superior destinados à formação inicial de professores (graduação), nas diversas áreas de atuação, a que se refere o Inciso III, do Art. 61, da LDB nº 9.394/96 nas modalidades presenciais e/ou semi presenciais e a distância/EAD;
- Divulgar, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou à distância, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação;
- Apoiar a melhoria da qualidade dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, com base na aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior –CONAES;
- Incentivar a inclusão da educação para as relações étnico-raciais, diversidade e inclusão no currículo de formação de professores para Educação Básica de nível superior.

10.16 - META 16

...

10.16.1 Estratégias:

- Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a oferta em instituições públicas de educação superior, de forma articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e do município;
- Garantir a colaboração do município, na consolidação do sistema nacional de formação continuada de professores da Educação Básica;
- Realizar e manter parcerias com instituições públicas e/ou privadas de ensino superior para especialização em nível *Lato Sensu* e *Scripto Sensu* de professores da educação básica;





- Fomentar e divulgar programas de bolsas de estudo para pós-graduação aos professores e demais profissionais da Educação Básica em efetivo exercício nas redes pública e/ou privada.

10.17 - META 17

...

10.17.1 Estratégias:

- Garantir, no mínimo, a atualização progressiva anual do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

- Acompanhar e assegurar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pelo IBGE;

- Implementar, no âmbito do Município, plano de cargos e vencimentos com progressão aliada ao desempenho profissional e obtenção de títulos durante a carreira;

- Equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério com os demais profissionais com escolaridade equivalente.

10.18 - META 18

...

10.18.1 Estratégias:

- Constituir comissão pública permanente, com vigência de dois anos, por meio de eleição em assembléia pública, amplamente divulgada, com representação dos trabalhadores em educação, que seja composta por representatividade proporcional a cada setor da educação, do Conselho do Fundeb, do Conselho Municipal de Educação, de Sindicatos da categoria, sendo esses, não comissionados, e um representante da Secretaria Municipal de Educação, para o acompanhamento da atualização anual do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica;

- A Comissão deverá acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pelo IBGE, além de outros parâmetros de acordo com a realidade regional;

- Manter atualizado e em consonância com a legislação vigente, o plano de cargos e vencimentos dos profissionais da Educação Básica, assegurada a representatividade desses trabalhadores na formulação das atualizações;

- Observar e atender aos critérios para ampliação da assistência financeira específica da União ao município para implementação de políticas de valorização dos profissionais da educação;

- Estruturar a rede pública municipal de Educação Básica, de modo que 90% (noventa por cento) dos profissionais da educação, atuantes na docência, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede;

- Promover a regulamentação do processo avaliativo do estágio probatório para os profissionais da Educação Básica da rede municipal, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela sua efetivação ao final do estágio probatório e progressão salarial baseado em plano de cargos e vencimentos;

- Aderir à prova nacional de admissão dos profissionais da educação, quando instituída pelo Ministério da Educação, utilizando-a como uma das formas de atribuição de notas e classificação destes profissionais em concursos públicos municipais;



- Buscar junto aos demais entes federativos o repasse de transferência de recursos financeiros para a área da Educação do município, como direito pela efetiva aprovação, por lei específica, dos planos de cargos e vencimentos para os profissionais da Educação Básica.

10.19 - META 19

...

10.19.1 Estratégias:

- Garantir, a efetivação da Gestão Democrática, condicionada a critérios técnicos claros de mérito e desempenho, mediante legislação aprovada no âmbito dos Estados e Distrito Federal e em consonância com a legislação específica do município, a eleição de diretores com a participação dos conselhos e comunidade escolar;

-Garantir, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis, conforme prevê a Lei nº 7398, de 04 de novembro de 1985 (Grêmios Livres), assegurando-lhes condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações nas tomadas de decisão;

- Estimular a criação de associação de pais, como forma de fortalecimento e garantia de um espaço plural;

- Estimular e fortalecer os Conselhos Escolares como instrumentos de participação e fiscalização da gestão, assegurando-lhes condições de participar das avaliações de diretores escolares na rede pública de ensino;

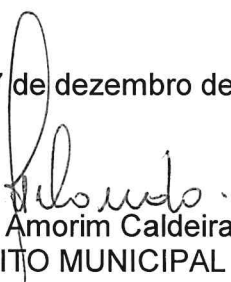
- Assegurar a transparência no resultado das ações implementadas pelo Conselho Municipal de Educação, por meio de boletins informativos;

- Divulgar as pautas das reuniões e decisões do Conselho Municipal de Educação;

- Publicitar as ações dos Conselhos Colegiados de cada Unidade Escolar.

Art. 3º - Esta Lei **entra em vigor na data de sua publicação**, restando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itabirito, 17 de dezembro de 2020.


Orlando Amorim Caldeira
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO ÚNICO

NOTA TÉCNICA 001/2020
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITABIRITO

ASSUNTO	Alteração da redação das estratégias referentes às Metas, conforme o disposto nos Artigos 5º, 8º e 9º da Lei Municipal Nº 3077, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Itabirito e dá outras providências.
RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO	Ana Maria Pereira Zuppo Quintão e Walison da Silva Reis
HISTÓRICO	A referida solicitação de alteração foi submetida à discussão na plenária de eixo correspondente às metas supracitadas na 1ª Conferência Municipal de Avaliação do Plano Municipal de Educação, realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2019 e 02 e 16 de dezembro de 2019, e posteriormente aprovada pelos presentes na plenária final no dia 17 de dezembro de 2019.
ANÁLISE TÉCNICA	A realização da 1ª Conferência Municipal de Educação, conforme disposto no Artigo 5º, da Lei Municipal Nº 3077, de 24 de junho de 2015, se destinou à Avaliação das Estratégias de cada Meta que compõem o Plano Municipal de Educação. Dessa forma, possibilitou a análise e discussão de cada estratégia, pelos presentes, que considerando a realidade, propuseram alterações, de modo a colaborar para o cumprimento das Metas do Plano Municipal de Educação, no prazo previsto.
CONCLUSÃO	Encaminhamento ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, a alteração da redação da Lei Municipal Nº 3077, de 24 de junho de 2015, na forma de Projeto de Lei.